

**CONCURSO DE PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO  
DE NOTÁRIO**

**01/07/2017**

**«Grelha» de correção da prova de Direito Privado e Direito Registral**

**A) Direito Privado**

**I**

**(6 v.)**

- a) (1 valor)** A cláusula é válida, uma vez que é válida a convenção antenupcial sob condição (cfr. art. 1713.º, n.º 1).

Em relação a terceiros, o preenchimento da condição não tem efeito retroactivo (cfr. art. 1713.º, n.º 2).

- b) (2,5 valores)** A primeira parte da cláusula em cláusula em apreço - nos termos da qual “os encargos da vida familiar serão suportados de harmonia com as possibilidades de cada um” - não implica a alteração dos direitos ou dos deveres conjugais, nos termos do art. 1676.º, n.º 1 e n.º 2, do Código Civil. Consequentemente, não é aplicável o art. 1699.º, n.º 1, b).

A segunda parte da cláusula – nos termos da qual “Filipe assume a exclusiva responsabilidade por todas as dívidas decorrentes do consumo de água, de gás e electricidade” -, não obstante ser válida *inter partes*, não afectará os direitos dos credores, uma vez que são imperativas as normas reguladoras das dívidas dos cônjuges e, segundo a al. b) do art. 1691.º do Código Civil, tais dívidas serão comuns.

Assim, enquanto o casal não tiver filhos e vigorar o regime da separação de bens, por tais dívidas responderão os bens próprios de qualquer dos cônjuges, sendo a responsabilidade destes parciária (cfr. art. 1695.º, n.º 1 e n.º 2, do Código Civil). Mas, pelas dívidas que forem contraídas após o nascimento do primeiro filho, responderão os bens comuns do casal e, na falta ou insuficiência deles, solidariamente, os bens próprios de qualquer dos cônjuges, uma vez que o regime de bens passará a ser o da comunhão de adquiridos (cfr. art. 1695.º, n.º 1, do Código Civil).

**c) (2,5 valores)** Enquanto o casal não tiver filhos e vigorar o regime da separação de bens, a cláusula é válida, uma vez que não implica qualquer alteração das regras sobre a administração dos bens do casal (cfr. art. 1678, nº 1, e o art. 1735.º do Código Civil). Consequentemente, não é aplicável o art. 1699.º, nº 1, c).

Quando o regime de bens passar a ser o da comunhão de adquiridos, a cláusula será válida no que concerne aos bens de que Ângela já é proprietário, de acordo com a al. c) do n.º 1 do art. 1678.º do Código Civil. Mas a cláusula será inválida quanto aos frutos que tais bens venham a produzir, de acordo com os arts. 1699.º, nº 1, c), 1728.º, nº 1, 1733.º, nº 2 e 1678.º, nº 3.

**Nota:** Admitem-se outros raciocínios que discutam o carácter estanque da evolução do regime de bens após o nascimento do primeiro filho.

E, será valorizada a discussão sobre a eventual nulidade superveniente das cláusulas das alíneas b) e c) por alteração legislativa futura que colida com a imutabilidade da convenção antenupcial.

## II

Os sucessíveis de Ana são:

– O marido Bernardo, como herdeiro legitimário (cfr. art. 2157.º do Código Civil), e como herdeiro legítimo da primeira classe (art. 2131, 2133.º e 2134.º, todos do Código Civil).

– A filha Catarina, como herdeira legitimária (cfr. art. 2157.º do Código Civil), e como herdeira legítima da primeira classe (art. 2131, 2133.º e 2134.º, todos do Código Civil).

– As netas Elsa e Francisca, filhas do seu filho pré-falecido David, como herdeiras legitimárias e como herdeiras legítimas da primeira classe, em virtude do direito de representação (cfr. arts. 2039 a 2045.º e 2138.º do Código Civil).

- Os irmãos Gabriel e Henrique como herdeiros testamentários de  $\frac{1}{2}$  da quota disponível.

**Como existem herdeiros legitimários torna-se necessário calcular a massa da herança, a quota indisponível, a quota disponível e a legítima subjectiva.**

Segundo o art. 2162.º do Código Civil, interpretado correctivamente, a massa da herança é determinada da seguinte forma:

Massa da herança = Bens deixados - Dívidas + Doações

Massa da herança = 390.000,00 € - 20.000,00 € + 80.000,00 €

Massa da herança = 450.000,00 €

Segundo o art. 2159.º do Código Civil a quota indisponível é, neste caso, de 2/3 da massa da herança, o que corresponde a 300.000,00 €.

A quota disponível corresponde à diferença entre a massa da herança e a quota indisponível. Assim, neste caso, a quota disponível é de 150.000,00 €.

Segundo o art. 2157, o art. 2139.º, n.º 1, e o art.º 2044.º, n.º 1 o cônjuge sobrevivente e a filha Catarina têm direito a receber, a título de legítima subjectiva 100.000,00 €, e cada uma das netas tem direito a 50.000,00 €.

Como Ana fez doações em vida, há que determinar se as mesmas estão ou não sujeitas à colação.

Quanto à doação feita ao marido (Bernardo), a mesma foi feita por conta da legítima, estando assim sujeita ao regime da colação absoluta.

Quanto a doação a favor do filho David, nada tendo sido dito, está sujeita ao regime supletivo da colação, nos termos do art. 2104.º do Código Civil.

A obrigação de conferir os 26.000, 00 €. doados a David recai sobre os seus representantes (Elsa e Francisca), de acordo com o art. 2106 do Código Civil.

Com os bens deixados (390.000,00 €) pagam-se as dívidas, no valor de 20.000 €.

Os restantes 370.000,00 € seriam entregues, na porção pré-determinada, e depois de feitas as imputações das doações nas respectivas quotas, primeiro aos herdeiros legitimários e aos representantes, depois aos herdeiros testamentários e, por fim, porque existiam bens de que Ana podia ter disposto e não dispôs, aos herdeiros legítimos.

Portanto, a partilha dos 370.000,00 € seria feita da seguinte forma:

Bernardo receberia apenas 46.000,00 € enquanto herdeiro legitimário, uma vez que já havia recebido a doação no valor de 54.000,00 € que devia ser imputada na quota indisponível. Enquanto herdeiro legítimo, receberia 25.000,00 €.

Catarina receberia 100.000,00 € enquanto herdeira legitimária e 25.000, 00 € enquanto herdeira legítima.

Elsa e Francisca receberiam ambas 74.000,00 € (37.000,00 € para cada um) enquanto herdeiras legitimárias, uma vez que o seu pai (David) já havia recebido a doação no valor de 26.000.00 €. Enquanto herdeiras legítimas, receberiam ambas 25.000,00 € (12.500,00 € para cada uma).

Gabriel e Henrique receberiam  $\frac{1}{2}$  da quota disponível, ou seja, 75.000,00 €.

## **B) Direito Registral**

### **I -A)**

#### *Resposta*

Deve ser formulado um pedido de registo de aquisição a favor de Dinis.

#### *Justificação*

Em regra, a cada facto jurídico corresponde uma inscrição. Porém, o art. 99.º/1/b) do Código do Registo Predial permite a feitura de uma única inscrição, quando o proprietário tenha adquirido o direito em quotas indivisas, ainda que por títulos (formais ou materiais) diferentes.

Assim, mesmo que se trate, neste caso, de três negócios jurídicos de compra e venda, formalizados num único título ou incorporados num único documento, tendo por objeto, cada um deles, o direito de propriedade ou o direito de participação (quota) de cada um dos alienantes no direito comum, pode ser feito um único pedido de registo de aquisição.

O registo de usufruto, constituído simultaneamente com a aquisição, *per deductionem*, deverá ser feito oficiosamente, por dependência do registo de aquisição e com base na mesma apresentação (art. 97.º/1 do Código do Registo Predial), pelo que, sendo pedido autonomamente, será, em princípio, recusado, por já se encontrar efetuado a coberto da apresentação anterior (art. 69.º/1/c)/1.ª parte do Código do Registo Predial), embora tal recusa seja gratuita, por força do disposto no art. 14.º/2/d) do Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado. [cotação – 1 v.]

## I -B)

### *Resposta*

Na hipótese descrita, comprovado o falecimento de António, o usufruto deve ser registado apenas quanto a 2/3, a favor de Bento e de Carlos, na proporção de 1/3 para cada, por ser essa a quota ou comparticipação ideal alienada por cada um deles a favor de Dinis e sobre a qual cada um deles reservou o usufruto.

### *Justificação*

Não obstante tratar-se de um usufruto simultâneo, não existe aqui um direito de acrescer entre os co-usufrutuários, em virtude de o direito não ter sido *constituído* em favor dos comproprietários *conjuntamente*, como se prevê no artigo 1442.º do Código Civil, com referência a todo o imóvel, e antes cada um dos alienantes ter reservado o usufruto sobre a quota-parte que lhe pertencia, sem mais.

Estando em causa um *usufruto simultâneo*, mas *não conjunto*, a morte do usufrutuário António determina a extinção do usufruto, quanto a 1/3 (art. 1476.º/1/a) do Código Civil), que se consolida com a propriedade, pelo que o usufruto deve ser registado apenas quanto a 2/3, na proporção de 1/3 para cada um dos usufrutuários Bento e Carlos. [cotação – 2 v.]

## II

### *Resposta*

*Registos a pedir:* apenas deverá ser pedido o registo de aquisição da propriedade a favor de Fernando, casado no regime da comunhão de adquiridos com Gilda, por compra (arts. 2.º/1/a) e 41.º do Código do Registo Predial).

*Registo a efetuar:* apenas deverá ser feito o registo de aquisição da propriedade, sem qualquer referência à limitação pelo usufruto, uma vez que este já se encontra registado (art. 98.º/1 do Código do Registo Predial), e sem se proceder ao cancelamento do registo do usufruto, nos termos do art. 98.º/3 do Código do Registo Predial.

### *Justificação*

Considerando que o direito de usufruto, dada a sua finalidade essencialmente pessoal, não se comunica ao cônjuge, mesmo que adquirido onerosamente na constância do casamento, e é, portanto, um *bem próprio* do usufrutuário Fernando (arts. 1733.º/1/c) e 1724.º/b) do CC), e que a nua propriedade é um *bem comum* do casal formado pelo Fernando e pela Gilda (art. 1724.º/b) do CC), a aquisição da nua propriedade ou propriedade de raiz pelo usufrutuário Fernando não provoca a reunião do usufruto e da propriedade na mesma pessoa e, com isso, a extinção do usufruto, nos termos do art. 1476.º/1/b) do Código Civil, devendo este manter-se registado a favor do Fernando.

[cotação – 2 v.]

## III

### *Resposta*

- A escritura pública e o pedido de registo devem ser instruídos com a prova da constituição do usufruto.

- Não é necessário proceder ao registo da constituição do usufruto, quer como ato prévio à realização da escritura pública, quer como ato anterior ao registo da aquisição a favor da Ilda.

- Basta pedir o registo de aquisição da propriedade limitada pelo usufruto a favor de Ilda (arts. 2.º/1/a) e 41.º do Código do Registo Predial).

### *Justificação*

O art. 9.º/1 do Código do Registo Predial e o art. 54.º/2 do Código do Notariado estabelecem que o ato de transmissão de direito sobre prédio não pode ser realizado sem que o direito se encontre definitivamente inscrito a favor de quem o aliena.

Neste caso, o direito a transmitir (*nua propriedade*) não coincide com o registo em vigor (*propriedade plena*) e, portanto, com a presunção que do registo definitivo em vigor deriva quanto à espessura ou consistência do direito que pertence ao transmitente (art. 7.º do Código do Registo Predial).

Porém, o art. 98.º/2 do Código do Registo Predial permite que se proceda à publicitação da existência do usufruto através de menção a figurar no extrato do registo de aquisição da propriedade, e, dessa forma, consente que se titule a transmissão da propriedade limitada pelo direito do usufruto sem o registo intermédio deste direito.

Logo, cabendo ao notário formalizar o negócio jurídico em conformidade com a lei (art. 4.º/1 do Código do Notariado) e ao conservador qualificá-lo segundo o princípio da legalidade (art. 68.º do Código do Registo Predial), verificando, em especial, da sua validade formal e substantiva, a prova de que o direito de propriedade se encontra onerado pelo direito de usufruto deve ser feita perante ambas as entidades, mediante comprovativo do facto jurídico constitutivo deste direito real menor (art. 1440.º do Código Civil). **[cotação – 1 v.]**